

REVISITANDO MAQUIAVEL SOB A ÓTICA DA AMBIVALÊNCIA

Carlos Eduardo Bao¹

Resumo

O texto investiga determinados aspectos do pensamento e da trajetória do pensador florentino Nicolau Maquiavel, especialmente na obra *O príncipe*, a partir da leitura sociológica da ambivalência na obra *Modernidade e Ambivalência* do sociólogo Zigmunt Bauman. O interesse da relação está em indicar como é possível detectar um caráter ambivalente em Maquiavel, considerando as ambiguidades de sua postura política e intelectual por meio de fatos de sua vida e de excertos do discurso contido na obra dedicada a Lorenzo de Médici. Para isso, são explicitadas passagens da vida e da obra de Maquiavel, procurando incorrer o mínimo em anacronismos e outros vícios da crítica textual e contextual e, no mais, cumprindo o objetivo de indicar algumas aproximações críticas preliminares que aludem à ambivalência existente nas formulações de um dos pais do pensamento político moderno. Foi possível constatar que a ambivalência se apresenta já nas raízes do pensamento político moderno, desde Maquiavel, que, no entanto, prefere jogar com sua contingência em vez de tentar suprimi-la definitivamente.

Palavras-chave

Ambivalência; Nicolau Maquiavel; Pensamento político.

¹ Doutorando no Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), sob a orientação da professora Dr^a Elizabeth Farias da Silva. Bolsista CAPES. E-mail: carloseduardobao@hotmail.com

REVISITING MAQUIAVEL UNDER THE OPTICS OF AMBIVALENCE

Abstract

The text investigates certain aspects of the thought and trajectory of the Florentine thinker Niccolo Machiavelli, especially in the work *The Prince*, from the sociological reading of ambivalence in the work *Modernity and Ambivalence* by the sociologist Zigmunt Bauman. The interest of the relation is indicating how is possible to detect an ambivalent character in Machiavelli, considering the ambiguities of his political and intellectual stance through facts of his life and excerpts from the discourse contained in the work dedicated to Lorenzo de Medici. For this, passages of the life and work of Machiavelli are explained, seeking to incur the minimum of anachronisms and other vices of textual and contextual criticism, and, moreover, fulfilling the objective of indicating some preliminary critical approximations that allude to the ambivalence existing in the formulations of one of the fathers of modern political thought. It was possible to see that ambivalence is already present in the roots of modern political thought, since Machiavelli, who, however, prefers to play with its contingency instead of trying to suppress it definitively.

Key words

Ambivalence. Niccolo Machiavelli. Political thought.

Introdução

O pensamento político do florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), sobretudo n’*O Príncipe*, influenciou inúmeros governantes ao longo de sua existência, e vem despertando a atenção e a curiosidade de diversos estudiosos/as, tornando-se objeto de uma vasta gama de análises e aproximações.

Não obstante, nessa espécie de exórdio reflexivo que ora apresento, não sigo o projeto de investigar ou sumariar correntes teóricas que vem apropriando-se do pensamento de Maquiavel. O objetivo é menos pretencioso e em outro sentido. Almejo revisitar alguns aspectos do pensamento político de Maquiavel, mais detidamente na obra que dedicou a Lorenzo de Médici, para fazer aproximações com a temática da ambivalência proposta pelo sociólogo Zigmunt Bauman (1999), no intuito de evidenciar as ambiguidades latentes ou explícitas contidas no discurso do autor florentino.

Destarte o perigo de incorrer em anacronismos que tendem a enviesar as contribuições de análises textuais que envolvem tempos e espaços distintos entre o observado e o observador/a, considero que a aproximação proposta entre a ideia baumaniana de uma ambivalência intrinsecamente linguística (e a inclinação moderna em suprimi-la a todo custo) e aspectos do pensamento político de Maquiavel podem contribuir para amplificar os olhares sobre o genial, original, polêmico e, creio, ambivalente pensamento político de Maquiavel.

Em suas críticas ao “contextualismo sociológico” e ao “textualismo”, de acordo com Silva (2010, pp. 304-305), Quentin Skinner afirma que “a abordagem dos textos clássicos por meio desse procedimento [textualismo] tendia a gerar não história, mas ‘mitologias’”, sublinhando o fato de que esse método consistia em uma abordagem analítica pretensamente atópica. Apesar de ter sofrido críticas contundentes (SILVA, 2010), Skinner chama a atenção para questões metodológicas fundamentais com relação à interpretação de textos escritos em tempos e espaços distintos daqueles ocupados por seus intérpretes. Muito embora constitua uma tarefa altamente complexa – se possível – neutralizar absolutamente em uma análise todas as quatro formas de “mitologias” (mitologia da doutrina, mitologia da coerência, mitologia da prolepse e mitologia do paroquialismo) e o contextualismo sociológico criticados por Skinner, suas considerações servem de balizas para a o olhar metodológico do/a analista, as quais procuro observar ao longo desta proposta.

Abaixo discorro sobre reflexões em torno das possibilidades de aproximação da temática da ambivalência a aspectos do pensamento e do discurso político de Maquiavel.

Maquiavel no tempo-espaço: uma existência ambivalente?

De acordo com Bauman (1999, p. 09) compreende-se por ambivalência a “possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria”. A ambivalência é inerente à linguagem devido sua função nomeadora/classificadora e, logo, segregadora, distintiva e estrutural. Assim, essa função da linguagem “tem, de modo ostensivo, a prevenção da ambivalência como seu propósito” (BAUMAN, 1999, p. 10). Entretanto, a ambivalência é a “condição normal” da linguagem, *sine qua non*, tornando o objetivo de eliminá-la uma tarefa impossível de ser concretizada na íntegra.

A ambivalência mais aparente relativa ao conjunto do pensamento político de Maquiavel consiste no lugar de enunciação que ocupa na história.² O autor é considerado tanto o “último dos antigos” como o “primeiro dos modernos” por teóricos ligados ao campo da ciência política, caracterizando uma espécie de dupla inscrição histórica e temporal, ou mesmo um divisor de águas entre os dois períodos.

O florentino viveu numa época onde a categoria “história” era inscrita num imaginário temporal não linear. Não havia a concepção de História Universal, ou mesmo uma filosofia teleológica da história,³ que era então compreendida em seu tempo natural, isto é, cíclico. A história era

² Ao menos em termos de uma narrativa histórica centrada na experiência europeia.

³ À exceção da escatologia bíblica que não constitui propriamente uma “filosofia” e sim uma “teologia”.

apropriada como *magistra vitae*, uma fonte de experiências a ser consultada pelos sábios, um oráculo; não como uma “flecha temporal”, um movimento de contínuo avanço “em frente” e de um estado sucessivo de “progresso” a partir de um estado inicial “pré-histórico” ou “primitivo”, como no caso da dissolução do *topos* operada pela temporalidade linear da modernidade (KOSELLECK, 2006).

Maquiavel foi erudito em história da antiguidade no espaço que compõe hoje a Europa, sobretudo Grécia e Roma.⁴ Alimentava-se do passado. Compreendia o movimento histórico-político a partir da temporalidade cíclica lastradora da cosmovisão própria à época, ao modo dos helenos, ou seja, as formas de governo presas ao ciclo perpétuo que vai da monarquia, passando pela oligarquia e chegando à democracia que, degenerada no caos do governo de todos retornaria à monarquia graças à necessidade do reestabelecimento da ordem e da paz internas. Mas vivia em um mundo muito diferente daquele sobre o qual nutria saberes intelectuais, a começar pela ordem econômica e religiosa específicas de cada contexto social.

Não obstante a essa visão “fechada” do processo histórico, que contribuía para a sensação e a crença na impotência da ação humana perante a ordem maior das coisas,⁵ Maquiavel acreditava que a *virtù* era responsável pela metade de

⁴ Skinner alerta também para a influência dos estoicos sobre o pensamento de Maquiavel. Cf. Skinner, 1996, p. 14.

⁵ Nesse momento o teocentrismo ainda vigora como elemento central na cosmovisão “europeia” (cristã) de realidade.

nossa capacidade de agir no mundo, sendo a outra metade caracterizada como *fortuna*, isto é, fruto do acaso e que, logo, foge ao controle do indivíduo. Essa ambivalência da ação social, condicionada tanto pela coletividade quanto pelo indivíduo é um traço explícito de uma nova postura perante o mundo.

Quero argumentar que, muito embora estivesse envolvido por elementos associados ao imaginário típico do que se designa como Antiguidade, Maquiavel já exprimia elementos próprios à conversão da cosmovisão europeia ao antropocentrismo, caracterizado como a posição privilegiada que a humanidade passou a ocupar na “ordem existencial” em relação a Deus e a Natureza – essa última, em parte, criada pelo próprio movimento antropocêntrico (SILVA, NOPES e BAO, 2015). Nesses termos ambivalentes, Maquiavel reanima em si a Antiguidade sentindo os pródromos da Modernidade.

Embora crente que ordenar e controlar o mundo fossem poderes, no limite, fora do alcance dos homens, Maquiavel incitava a ação humana no sentido da intervenção e com pretensões de ordem, controle, conquista e manutenção do poder. Bauman sublinha que

a ordem é o contrário do caos; este é o contrário daquela. Ordem e caos são gêmeos *modernos*. Foram concebidos em meio à ruptura e colapso do mundo ordenado de modo divino, que não conhecia a necessidade nem o acaso, um mundo que apenas *era*, sem pensar jamais em como ser. (Bauman, 1999, p.12)

Maquiavel viveu essa ambivalência imposta pelo limiar entre dois períodos distintos na história da humanidade. Na medida em que a modernidade se atribuiu a “ordem como tarefa” (BAUMAN, 1999, p. 12), o discurso de Maquiavel n’*O Príncipe* pode ser lido como “proto-moderno”. Mas há outros elementos que permitem a identificação de uma “proto-modernidade” em Maquiavel – que desejava a unidade e o ordenamento dos territórios que compõe a península itálica, em detrimento da desordem política que imperava entre as cidades-Estado da “Itália” renascentista, política e belicamente inerte em comparação à grandeza da pátria italiana idealizada. De acordo com Magalhães,

a tese contida em sua obra, de que um príncipe virtuoso poderia seduzir a fortuna e expulsar os bárbaros da Itália, refundando solitariamente a república, leva tanto à imitação dos antigos (ciclo), quanto à inovação (ruptura-linearização) representada por um agente sempre capaz de adaptar sua ação às condições do campo político. (Magalhães, 2001, p.62)

Há outros aspectos, em geral, que permitem cotejar o pensamento político de Maquiavel com a emergência do que se convencionou chamar “modernidade”. Um dos elementos que muito comumente é apropriado nesse sentido é a distinção que faz o autor entre meios e fins, política e ética, considerada incomum para sua época e, de alguma maneira, já um prenúncio do pensamento político moderno. Embora sugestiva, essa ideia contém, segundo Skinner o equívoco de que

a diferença entre Maquiavel e seus contemporâneos não pode ser corretamente avaliada como a diferença entre uma visão moral da política e uma concepção da política que estaria divorciada da moralidade. O contraste essencial diz respeito, isso sim, a duas moralidades distintas - duas exposições antagônicas e incompatíveis do que em última análise se deve fazer. (Skinner, 1996, p.155)

Isto é, a posição de Maquiavel diz respeito não necessariamente à separação entre política e moralidade, mas ao engendramento de outra moralidade que centrava suas atenções no príncipe e em seu papel singular, indicando cruamente que se um príncipe “estiver empenhado seriamente em ‘manter seu estado’, terá de renunciar às exigências da virtude cristã, abraçando de todo o coração a moralidade em tudo diferente que lhe determina a posição que ocupa” (SKINNER, 1996, p. 155).

No entanto, como o próprio Skinner salienta (1996, pp. 172-173), Maquiavel está voltado para o humanismo e não para a escolástica. Como um “humanista da renascença tardia” (1996, p. 184), suas reflexões permitem uma articulação com a emergência da teoria política moderna.

Em termos de Ciência, é curioso notar que as reflexões de Maquiavel já indicavam, *mutatis mutandi*, uma lógica que conflui com o jargão “prever para prover”, típico da ciência positivista que ainda estava por se desenvolver – por assim dizer. No capítulo três d’*O Príncipe* – “Principados mistos” – essa inclinação fica evidente quando o autor afirma categoricamente: “o

que todo príncipe prudente deve fazer: não só remediar o presente, mas prever os casos futuros e preveni-los com toda a perícia [...] conhecendo-se os males com antecedência [...] rapidamente são curados” (MAQUIAVEL, 1987, p. 12).

Além disso, Maquiavel prezava por reflexões que considerassem a experiência prática e histórica. Mobilizava conhecimentos históricos – provenientes de sua erudição intelectual – e práticos – que adquiriu nas funções públicas que desempenhou – para pensar seus “objetos” de análise. Isso significa uma espécie de relação que só vai ser proposta sistematicamente a partir de Francis Bacon (1561-1626) ou Isaac Newton (1642-1727), isto é, a lógica da articulação entre teoria e empiria, elementos fundamentais do pensamento científico ao lado da experimentação.

Antes de destacar passagens específicas da obra dedicada a Lorenzo, cotejando-as com questões levantadas por Bauman (1999) acerca da categoria “ambivalência”, pretendo salientar um último aspecto ambivalente no pensamento político de Maquiavel: o conceito de “conflito”. Sabemos que, fundamentalmente baseado na história do Império Romano, o autor concebia o conflito como fonte da liberdade. Não obstante, como observa Magalhães (2001, p. 53), o conflito “também é causa da infundável desagregação da república, tendo Florença como modelo”. A categoria “conflito” recebe um duplo sentido, compreendido ora como propulsão para

a liberdade ora como consternação para a submissão e o constrangimento político, isto é, concebida ambivalentemente como, simultaneamente (em latência), positiva e negativa. O conflito seria a causa ao mesmo tempo da ordem e da desordem civil. Essa categorização ambivalente do conflito fica ainda mais evidente quando apreendida a partir da “contradição entre as famosas afirmações sobre a necessidade e a positividade do conflito, contidas nos *Discorsi*, que fogem à tradição, e afirmações escritas nas *Histórias florentinas* sobre a condenação da discórdia e a exaltação da unidade” (MAGALHÃES, 2001, p. 58).

Outra ambivalência do pensamento político de Maquiavel pode ser destacada entre *O Príncipe* e os *Discorsi*: aquela que diz respeito a sua dupla inscrição monárquica e republicana. De acordo com Skinner

Maquiavel, em particular, prefere manter em tensão duas teorias opostas sobre os méritos, respectivamente, do regime popular e do monárquico. Por um lado, ele enfatiza, tanto no *Príncipe* quanto mais tarde nos *Discursos*, que nas condições de uma corrupção política já acentuada será preciso numa República tanto quanto num principado – recorrer ao poder forte de um único homem, a fim de restaurar no Estado a *virtù* que se perdeu. Mas, por outro lado, no *Príncipe* dá a entender, e posteriormente afirma com todas as letras nos *Discursos*, que sua preferência pessoal sempre estará voltada para a liberdade política e, por conseguinte, para a forma republicana de governo. (Skinner, 1996, p. 145)

Mesmo considerando-se a crítica de Skinner à “mitologia da coerência” (SILVA, 2010), suspeito que a possibilidade de atribuir ao mesmo pensamento uma dupla inscrição política, contraditória em termos, pode ser caracterizada com o que Bauman (1999) considera como ambivalência.

Na sequência, apresento algumas passagens d’*O Príncipe* com as quais aproximo a análise baumaniana da ambivalência com o discurso de Maquiavel nessa obra específica.

***O Príncipe* em perspectiva: ambivalências políticas?**

A obra intitulada *O Príncipe* é notória na história das ideias políticas. Publicada no primeiro quartel do século 16 (1513), influenciou uma insondável gama de pessoas interessadas em apropriar-se de seus princípios, seja na prática política, filosófica ou mesmo científica. Mais contemporaneamente, o filósofo Michel Foucault foi um dos estudiosos dos manuais de governo, o que Skinner (1996, pp. 54-55) chama de “tratados” ou “espelhos dos príncipes” ligados à expansão da *Ars Dictaminis*,⁶ que emergiram com intensidade a partir do século 15 na Europa.

Foucault afirma que, ainda que o propósito evidente desses textos fosse aconselhar o soberano acerca da forma de manter o poder sobre seu território, existia

⁶ “Arte de ditar”, relacionado ao desenvolvimento da retórica na Itália renascentista. Cf. Skinner, 1996, pp. 50-56.

também uma preocupação completamente diferente que igualmente animava essa discussão: o desenvolvimento da arte de governar. Essa preocupação não gira em torno do controle de um território, e sim, mais propriamente, em torno de intervenções sobre pessoas e coisas para produzir uma gama de efeitos desejados. (Chatterjee, 2008, pp. 36-37)

Destarte as possíveis relações entre essa literatura acerca da arte de governar surgida no século 15, na Europa, e as formas de controle social das populações desenvolvidas durante os séculos 19 e 20, gostaria de sublinhar a questão levantada pelo autor acerca das intervenções estarem voltadas às pessoas e não propriamente aos territórios. Isto significa, fundamentalmente, controle e ordem social em detrimento da desordem e do caos provenientes do acaso.

Na medida em que um manual de governo é o equivalente a uma cartilha para a garantia de determinada ordem social, *O Príncipe* pode ser identificado com uma tentativa de ordenação da realidade. Por outro lado, há passagens onde Maquiavel reconhece ambiguidades e contingências da ação política, indicando uma postura calcada na “harmonia dos contrários” (MAGALHÃES, 2001, p. 60). Exemplo disso é a passagem, no capítulo cinco – “Da maneira de conservar cidades ou principados que, antes da ocupação, se regiam por leis próprias” –, onde afirma que a melhor e mais segura forma de garantir a soberania sobre principados que se regiam por

leis próprias é arruiná-los completamente: “em verdade, não há garantia de posse mais segura do que a ruína” (MAGALHÃES, 1987, p. 21). Arruinar para conservar é uma formulação inclinada à ambiguidade na medida em que se caracteriza como o duplo efeito de um mesmo evento.

No capítulo dez d’*O Príncipe* – “De como se devem medir as forças de todos os principados” – Maquiavel defende uma postura ambígua do príncipe em relação ao povo no caso de haver guerra externa. Segundo ele, “um príncipe corajoso e forte superará sempre todas aquelas dificuldades, ora dando aos súditos a esperança de que o mal não se prolongará, ora incutindo-lhes o temor e a crueldade do inimigo” (MAQUIAVEL, 1987, p. 44). Nessa passagem o autor incita o príncipe, numa mesma oração gramatical, a acalmar e atemorizar o povo, dependendo da necessidade. Mas há outras ambiguidades discursivas, em relação à postura do príncipe, em partes separadas de sua obra mais célebre. No capítulo nove – “Do principado civil” – o autor diz que “um príncipe prudente deve cogitar da maneira de fazer-se sempre necessário aos seus súditos e de precisarem estes do Estado; depois, ser-lhe-ão sempre fiéis” (1987, p. 42). Já no capítulo 16 – “Da liberdade e da parcimônia” – Maquiavel defende o argumento contrário de maneira ambivalente: “e dentre as coisas de que um príncipe se deve guardar estão o ser necessitado ou odioso” (1987, pp. 66-67).

Há mais que se sublinhar sobre as ambivalências do discurso de Maquiavel n’*O Príncipe*. Uma das questões mais intrigantes que o autor

levanta, sobre se é melhor a um príncipe ser amado ou temido – capítulo 17, “Da crueldade e da piedade” – também é respondida de maneira ambígua, embora não na mesma passagem do texto. No capítulo onde faz a pergunta (17), ele afirma ao príncipe que “se não se fizer amado, pelo menos evite o ódio, pois é fácil ser ao mesmo tempo temido e não odiado” (MAQUIAVEL, 1987, p. 70). Entretanto, no capítulo 19 – “De como se deve evitar o ser desprezado e odiado” – o autor faz a seguinte afirmação: “conhecendo o ódio do povo contra os grandes, motivado pelo medo [...]” (1987, p. 79), indicando uma contradição com a suposta facilidade que o príncipe teria em ser temido e não odiado, já que, agora, assinala que o medo motiva o ódio. O “ser temido” é empregado de maneira ambivalente, pois opera tanto como uma forma de garantir a soberania quanto como um dispositivo de criação de ódio por parte do povo, incitando a perda do controle, do poder e da ordem. Depois afirma: “o ódio se adquire quer pelas boas, quer pelas más ações” (1987, pp. 80-81), isto é, não se pode controlar absolutamente sua ambivalência.

No capítulo 15 – “Das razões por que os homens e, especialmente, os príncipes são louvados ou vituperados” – o florentino apresenta-nos as ambivalências do vício e da virtude: “se se considerar bem tudo, encontrar-se-ão coisas que parecem virtudes e que, se fossem praticadas, lhe acarretariam a ruína, e outras que poderão parecer vícios e que, sendo

seguidas, trazem a segurança e o bem-estar do governante” (MAQUIAVEL, 1987, p. 64).

Mas é finalmente no capítulo 21 – “O que a um príncipe convém realizar para ser estimado” –, encaminhando-se para suas conclusões, que Maquiavel explicita sua maneira relativamente contingente de compreender a realidade. Aqui o autor reconhece e alerta o príncipe acerca da ambivalência das decisões (do poder) e da própria ordem:

não pense nunca nenhum governante poder tomar decisões absolutamente certas; pense antes em ter que tomá-las sempre incertas, *pois isso está na ordem das coisas, que nunca deixa, quando se procura evitar algum inconveniente, de incorrer em outro.* (Maquiavel, 1987, p. 95. *Grifos meus*)

Bauman (1999) nos informa sobre essa característica residual relacionada à ação nomeadora da linguagem e à própria ação social enquanto tal. Acontece que a atividade ordenadora é a própria fonte da ambivalência, na medida em que a resolução de problemas gera outros tantos. Esse é um problema central da Ciência e da Tecnologia, cujos resultados (conhecimentos, objetos, serviços etc.) podem ser apropriados e aplicados para finalidades contraditórias. De acordo com o autor,

a maioria dos problemas que hoje enfrentam os administradores das ordens locais é produto da atividade para resolução de problemas. Grande parte da ambivalência

que enfrentam os praticantes e teóricos das ordens sociais e intelectuais resulta dos esforços para suprimir ou declarar inexistente a relatividade endêmica da autonomia. Os problemas são criados pela resolução de problemas, novas áreas de caos são geradas pela atividade ordenadora. O progresso consiste antes e sobretudo na obsolescência das soluções de ontem. (Bauman, 1999, p. 22)

Há, portanto, uma série de indicativos no pensamento político de Maquiavel que possibilitam uma leitura ambivalente de seus discursos. Em algumas passagens o autor parece mesmo ressaltar a contingência da ação social, revelando seu reconhecimento de que, não obstante às prerrogativas de ordem que o juízo humano possa exigir, os “inconvenientes” ou desordens, coisas que escapam à nossa ação ordenadora – e que são muitas vezes geradas pela imposição da ordem – são inextinguíveis.

Considerações finais

O texto apresentado almejou fazer algumas aproximações preliminares entre o pensamento político de Maquiavel e a crítica baumaniana da ambivalência. As análises não se pretendiam à pura originalidade, pois muitas coisas já foram ditas sobre Maquiavel e sua obra – que também contempla a literatura e o teatro. Entretanto, a relação proposta pareceu procedente na medida em que permitiu abordar o discurso político de Maquiavel tanto dentro

de sua própria lógica como a partir da lógica de análise proposta, isto é, que permitiu a confluência entre aspectos do pensamento político e do discurso do autor florentino com a temática da ambivalência, como pretendi evidenciar.

É curioso perceber que as próprias leituras que se faz do pensamento de Maquiavel n’*O Príncipe* são ambivalentes, oscilando entre os limites de uma moral inescrupulosa (quando não amoral), como no “Anti-Maquiavel” de Gentillet em 1576 ou na leitura de Leo Strauss que o define como um “mestre do mal” (SKINNER, 1996, p. 157), e um pensamento político inovador e genial, além do suposto compromisso republicano implícito entre sugestões e gracejos ao príncipe.

Em certo sentido, a própria situação de Lorenzo de Médici era ambivalente em relação às expectativas de Maquiavel. Embora esse último acreditasse que o primeiro detinha *virtù* e *fortuna* (poder) suficientes para unificar a península, não foi o que ocorreu destarte a exemplar e genial intervenção de Maquiavel na trama. Em termos de pensamento político moderno e da constituição de Estados cada vez mais voltados à *res-pública*, não obstante o absolutismo e outras “tirantias” posteriores, a Itália tornou-se Estado unificado com certo “atraso” em relação ao restante da Europa e boa parte do ocidente. Embora detivesse *virtù*, Maquiavel não pôde contar com a *fortuna* para atingir sua meta política e é plausível aventar se outras pátrias não o fizeram, a partir de seu célebre manual, antes que a Itália de Maquiavel tenha-o feito.

Referências

BAUMAN, Zigmunt (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar.

CHATTERJEE, Partha (2008). *La nación em tempo heterogéneo: y otros estúdios subalternos*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores Argentina. PP. 09-55.

KOSELLECK, Reinhart (2006). *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, ed. PUC-Rio.

MAGALHÃES, Raul Francisco (2011). Os usos ambíguos do argumento do conflito em Maquiavel e Aristóteles. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. 39, p. 53-65, jun.

MAQUIAVEL, Nicolau (1979). *Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio*. Brasília, DF: UNB. PP. 11-187.

MAQUIAVEL, Nicolau (1987). *O príncipe*. 4º ed. São Paulo, SP: Nova cultural.

SILVA, Elizabeth Farias da; NOPES, Adriane; BAO, Carlos Eduardo. A engenheira, ainda uma “variável incógnita”, apesar de tudo! *Revista Ártemis*, Vol. XX; ago-dez 2015, pp. 92-101.

SILVA, Ricardo (2010). O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 53, nº 2, pp. 299-335.

SKINNER, Quentin (1996). *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo, SP: Companhia das letras. PP. 09-206.

Artigo recebido em: outubro/2016

Aprovado em: maio/2017